

Aprovada na 881ª sessão

ALADI/CR/Ata 878
8 de outubro de 2004
Hora: 10h05m às 11h

ATA DA 878ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

O Comitê de Representantes recebe a visita do Secretário-Geral da Comunidade Andina, Embaixador Allan Wagner Tizón.

Preside:

CLAUDIA TURBAY QUINTERO

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca, Marcelo Janko Álvarez (Bolívia); José Amir Da Costa Dornelles e Roberto Goidanich (Brasil); Oscar Quina Truffa (Chile); Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia); José Felipe Chaple Hernández (Cuba); Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador); Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México); Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi (Paraguai); William Belevan Mc Bride, Gustavo Teixeira Giraldo, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Agustín Espinosa Lloveras, Jorge Luis Jure e Mariella Crosta (Uruguai); María Lourdes Urbaneja, Juan Ramón Chiarino e Olga Mercedes Fuenmayor (Venezuela); Jaebum Kim (Coréia); Yoshihiro Nakamura (Japão), Luis Augusto Frappola Álvarez (Nicarágua) Yan A. Burliai (Rússia); Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretária-Geral Adjunta: María Teresa Freddolino.

PRESIDENTA. Inicia-se a 878ª sessão extraordinária do Comitê de Representantes para dar as boas-vindas e receber como convidado especial o senhor Secretário-Geral da Comunidade Andina, Allan Wagner.

Excelentíssimo senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Didier Opertti; senhor Vice-Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, William Ehlers; Excelentíssimo senhor Embaixador Allan Wagner, Secretário-Geral da Comunidade Andina; Excelentíssimo senhor Embaixador Juan Francisco Rojas Penso, Secretário-Geral da ALADI; Secretária-Geral Adjunta; Representantes dos países-membros da ALADI; Representantes de Países e Organismos Observadores; convidados especiais; autoridades nacionais; senhoras e senhores: é com verdadeiro sentimento de amizade que recebemos e damos as boas-vindas ao senhor Secretário-Geral da Comunidade Andina das Nações, Allan Wagner, que sua ampla trajetória e experiência o acreditam como ilustre representante da causa integracionista de nossos países.

É um prazer recebê-lo nesta casa da integração, neste recinto e com seu espírito, que o senhor conhece bem, porque seus primeiros anos de serviço no exterior foram desempenhados justamente aqui como Representante Alternativo do Peru junto à Associação de Livre Comércio – ALALC -. Depois em uma ascendente trajetória, representou seu país perante vários Governos, relevantes do ponto de vista da política exterior do Peru, como são os casos do Chile, dos Estados Unidos, da Espanha e da Venezuela.

Posteriormente chegou ao mais alto cargo na política internacional de seu país, ao assumir a responsabilidade e condução da Chancelaria Peruana, onde o senhor assumiu como própria, a causa da integração.

Participou ativamente da concertação política latino-americana realizada sobre a criação do Grupo do Rio, a Cúpula de Consulta e Cooperação do Sul, a iniciativa para a Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a recente associação do Peru com o MERCOSUL.

Tudo isto demonstra seu profissionalismo, competência e visão internacional, razões pelas quais se desempenhou em duas oportunidades como Chanceler de seu país.

Na ALADI recebemos com beneplácito sua designação unânime por parte do Conselho Andino das Relações Exteriores, como Secretário-Geral da Comunidade Andina para o período 2004-2008; em um momento em que a CAN é pioneira em nível regional por seus êxitos, não somente em aspectos comerciais, como no aumento do intercâmbio sub-regional e nos adiantamentos na zona de livre comércio, mas também em outros temas essenciais, que hoje pertencem à nova agenda da integração, como é o caso da proteção da propriedade intelectual, o comércio eletrônico, a promoção da competência, entre outras políticas que envolvem as necessidades dos setores produtivos e da sociedade civil.

Como Secretário-Geral da CAN é o propulsor de uma política exterior comum que busca fortalecer a identidade e coesão da organização que representa. O senhor é embaixador de iniciativas como a Política de Desenvolvimento Fronteiriço, essencial para o fortalecimento e consolidação do processo de integração sub-regional, onde a noção de fronteira é menos um limite e mais um ponto de encontro.

Somos conscientes de que agora os desafios para o projeto de integração são muito maiores. Os acordos entre a CAN – Brasil e CAN – Argentina permitiram dar um passo mais para o relacionamento entre os blocos CAN e MERCOSUL e abriram o caminho para o relacionamento entre os blocos CAN e MERCOSUL e abriram o caminho para a celebração do acordo que finalmente foi assinado – e o senhor, como Chanceler de seu país, também assinou- em dezembro de 2003, evidenciando o compromisso do país a respeito do fortalecimento do processo de integração regional que constitui uma base fundamental para a criação de um espaço de livre comércio no âmbito da ALADI.

É precisamente dentro do guarda-chuva jurídico da ALADI que estas negociações adquirem forma, mediante acordos parciais que se encaminham até tornar-se regionais. Particularmente a união destes dois blocos reúne 73% da população da América Latina, 53% do PBI E 86% do comércio intra-regional. Assim, este acordo de transforma em uma plataforma comum para a projeção externa da região, ao estarem imersos em um mundo globalizado que exige inter-relacionar-se com outros blocos e países. Desta forma fortalecemos a capacidade de negociação da região em sua inserção internacional.

Sabemos que os esforços para a criação desse Espaço de Livre Comércio coerente com a filosofia do Tratado de Montevideú, devem dirigir-se para a harmonização de políticas e lineamentos econômicos que evitem distorções do comércio e coadjuvem para a complementaridade produtiva, devemos reduzir as barreiras para-tarifárias e as dificuldades administrativas que afetam a dinâmica dos fluxos de intercâmbio.

Outrossim, devemos transcender a simples lógica comercial e ampliar o diálogo político e de cooperação, para incluir âmbitos como o da governabilidade democrática, o manejo da dívida externa, a segurança, a luta contra o terrorismo e o narcotráfico, entre outros.

É esse, senhor Secretário da Comunidade Andina das Nações, o propósito que hoje reiteramos ao reunir-nos com o senhor: A responsabilidade histórica de dar forma à integração política e econômica nesta parte do hemisfério, para que transforme em uma verdadeira integração para o desenvolvimento.

Acreditamos na ALADI, trabalhamos e inspiramo-nos nesse grande propósito, o qual estará refletido na Declaração de nossos Chanceleres durante o próximo Conselho de Ministros da ALADI a realizar-se em 18 de outubro, justamente neste recinto.

Seja o senhor bem-vindo e muito obrigado.

- Aplausos

Ofereço a palavra ao senhor Secretário- Geral da ALADI, Juan Francisco Rojas.

SECRETÁRIO- GERAL. Muito obrigado, senhora Presidenta.

Senhor Ministro das Relações Exteriores do Uruguai e Presidente do Conselho de Ministros da ALADI; senhor Vice-chanceler; querido amigo Allan Wagner, Secretário da Comunidade Andina; Presidenta do Comitê de Representantes; Representantes Permanentes; Representantes dos Países e Organismos Observadores; Membros do Corpo Diplomático; meu colega, a Secretaria-Geral Adjunta, María Teresa Freddolino; meus companheiros da Secretaria; amigos todos.

Com uma profunda e sensível emoção recebemos hoje na manhã em nossa Sede ao Embaixador Allan Wagner Tizón, que durante meu mandato é a terceira vez que tenho a oportunidade de dar-lhe as boas-vindas. Primeiro o recebemos como consultor, posteriormente como Chanceler de seu país e agora como Secretário-Geral da Comunidade Andina das Nações, processo que, certamente, é muito caro para todos nossos afetos, nossas lembranças e nosso acervo profissional.

O Embaixador Wagner chega em um momento transcendental para nossa Associação. Estamos muito perto da celebração da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, oportunidade na qual os países demonstrarão sua vontade política em dar um salto qualitativo no processo de integração latino-americana. Para a ALADI este fato é muito importante porque depois de concluir, em grande medida, a assinatura dos Acordos de Alcance Parcial entre a maioria dos países-membros, daria esse salto qualitativo para a busca de uma articulação desses acordos, e da incorporação de novos temas em sua Agenda que lhe permitirão estruturar, então, um espaço de livre comércio entre seus doze países-membros.

Como conversávamos em meu escritório, temos desafios similares. O desafio de consolidar este processo de integração em um marco de globalização, que se manifesta em termos práticos, mediante os efeitos resultantes das negociações de acordos comerciais que diretamente atentam contra a estabilidade das normas estabelecidas nos processos de integração. Porém, são realidades que devemos enfrentar e imediatamente surge a necessidade de compatibilizar esses fatos externos com nossas próprias realidades.

No caso da ALADI, o desafio é ainda maior. O desafio, não somente passa por terminar de construir quadro do Espaço de Livre Comércio, mas também são acrescentados fatores adicionais relacionados imediatamente com problemas de caráter geográfico que dificultam a inter-relação de nossos países.

É difícil, também, continuar neste processo perante uma acuciante realidade, que também foi objeto de nossa conversação no meu escritório. Trata-se, então, dos aspectos relacionados com a marginalidade, com a pobreza e com desemprego, que estão agora campeando em nossa região. As dificuldades de caráter social, os problemas derivados da exclusão social atentam também contra nossos processos de integração, afetam nossos processos de desenvolvimento e é necessário, então, projetar também os processos integracionistas para esses aspectos de índole social que, juntamente com os de caráter comercial e todos aqueles econômicos que fazem com que a construção dos espaços de livre circulação de bens e de serviços, são os que criem as bases de uma verdadeira cooperação política a qual, ao mesmo tempo, é requerida urgentemente por todos nossos países.

A inserção internacional de nossos países assim estão exigindo-o e a globalização da economia internacional o impõe como uma necessidade imperiosa.

Na manhã de hoje vamos estudar como estão percebendo os senhores, desde a Comunidade, o processo de integração latino-americana e em particular o sul-americano, da ótica da Comunidade Andina. Estamos desejando conhecer essas opiniões, algumas delas as conhecemos de forma antecipada, mas temos a certeza de seu que sua exposição da manhã pode conhecer com antecipação, mas estamos certos de que sua exposição da manhã de hoje centralizará a atenção e também servirá como base para discussões futuras em nossa própria Associação.

No pessoal estou muito contente de recebê-lo, principalmente, quando estou já quase retirando-me da Organização. É a terceira vez, como dizia no início de minha intervenção, que o recebo, de encontrar-nos novamente com amigos, agora como colegas, antes como Consultor, depois como Ministro. Mas, estas são as coisas da vida que impõem os organismos internacionais e a vida que nós escolhemos. Espero que no futuro esta relação de amizade, seja projetada, como exatamente 26 anos atrás, quando nos encontramos pela primeira vez em um corredor, na então Junta do Acordo de Cartagena para começar a compartilhar responsabilidades.

Seja bem-vindo meu querido Secretário da Comunidade Andina, e espero com ansiedade que suas palavras nos ajudem a enriquecer nossos debates. Bem-vindo Allan!

- Aplausos.

PRESIDENTA. Tem a palavra ao Excelentíssimo senhor Embaixador Allan Wagner, Secretário-Geral da Comunidade Andina.

COMUNIDADE ANDINA (Allan Wagner). Muito obrigado.

Excelentíssima senhora Embaixadora Claudia Turbay, Presidenta do Comitê de Representantes da ALADI; Excelentíssimo senhor Ministro das Relações Exteriores e querido amigo Didier Operti; querido Secretário-Geral da ALADI, Juan Francisco Rojas; senhor Vice-Ministro; senhora Secretaria-Geral Adjunta; senhores Representantes; senhoras e senhores.

Desejaria, em primeiro lugar, agradecer à Presidenta e ao Comitê pela decisão de realizar esta reunião nesta manhã para ter uma conversa sobre um tema que nos interessa a todos que é como avançar no processo da integração regional. Sinto-me muito honrado por este convite e como recordava Juan Francisco, desde meus inícios nesta Casa, há já muitos anos, -é preferível não contá-los, por razões óbvias- tive oportunidade de regressar com muita frequência, e no mandato de Juan Francisco em três oportunidades, primeiro durante meu auto-exílio caraquenho, depois como Chanceler, pela segunda vez, porque há 18 anos estive na mesma condição e agora pelo convite de meu querido amigo, o Chanceler Operti, que me dá a oportunidade de visitar oficialmente nesta nova condição o Uruguai, mas também vir à querida ALADI. Muito obrigado a todos por esta grata oportunidade.

Como dizia, pensando em como aproveitar melhor esta oportunidade, preparei uma exposição. Vou ir um pouco rápido devido ao tempo, mas já foi distribuída, portanto, isso facilitaria qualquer referência posterior para tratar de explorar juntos como podemos avançar em um processo de articulação progressiva a nível regional partindo do aspecto sub-regional.

Aqui a hipótese central que se apresenta é a seguinte: como todos sabemos a integração regional foi concebida no final dos anos 50, início de 60, como um projeto muito compreensivo, a partir de um grande desenho que depois, perante as dificuldades enfrentadas na antiga Associação Latino-Americana de Livre Comércio e que vivi pessoalmente, quando era Representante Alterno do Peru, produz-se o fracasso do segundo tramo da lista comum, que dá origem ao Protocolo de Caracas, à extensão do período de transição e depois a um processo que leva ao novo Tratado de Montevideu e à criação da ALADI, mas que esteve signado por uma fragmentação do conceito regional latino-americano, por uma fragmentação do conceito regional latino-americano e por uma sub-regionalização. É a etapa na qual surge o denominado Grupo Andino. Posteriormente

surge o MERCOSUL. Já existia o Sistema Centro-Americano que depois tem sua própria reestruturação, mas esta etapa está marcada por um processo de sub-regionalização da integração e a virtude que teve o novo Tratado de Montevideu e a ALADI como organismo representativo foi permitir a flexibilidade para que este processo pudesse concretiza-se.

Os mecanismos de caráter regional previstos no Tratado de Montevideu não foram aplicáveis na prática, como sabemos a Preferência Tarifária Regional, o mecanismo da convergência, mas permitiram que estes processos regionais se desenvolvessem e neste momento estamos observando um processo no qual estas sub-regiões começam a articular-se entre si, de uma maneira pragmática, criativa e em um novo contexto. Além disso é o contexto da globalização internacional, o qual marca uma diferença muito importante em relação ao que era o projeto da antiga ALALC e inclusive o projeto de integração da própria Comunidade Andina.

Aqui temos dois elementos centrais desta hipótese que é, por um lado, que as sub-regiões começam a articular-se entre si, já não partindo de um grande desenho, unívoco, muito compreensivo, mas através das próprias realidades sub-regionais e que em segundo lugar, isto se realiza em um contexto internacional completamente diferente que é o contexto da globalização.

Neste caminho, a Comunidade Andina e o MERCOSUL decidiram iniciar um processo, juntamente com o Chile e outros países sul-americanos como Guiana e Suriname para construir o que tentativamente estamos denominando um “espaço sul-americano de integração”, ou como alguns já o denominamos, uma Comunidade Sul-Americana de Nações, mas em um esforço que não se esgota no âmbito sul-americano, como vou tentar demonstrá-lo nesta apresentação.

Nesse sentido estruturei esta apresentação em 8 temas. O primeiro é uma aproximação à Dimensão do Espaço Sul-Americano, ou seja, o que consideramos como espaço sul-americano, que representa em termos do intercâmbio, em termos de sua inserção internacional.

Depois alguns elementos básicos, que a nosso juízo, melhor dito a meu juízo, porque não desejo comprometer os países andinos nesta proposta, é uma proposta da Secretaria-Geral, que deverá ser discutida a nível dos Governos, ou seja alguns elementos básicos, que a nosso entender, deveriam inspirar esse processo que denominamos uma convergência gradual entre a Comunidade Andina, o MERCOSUL e o Chile.

Aspectos que têm a ver já mais especificamente com a Integração Comercial, com a Infra-estrutura e o Desenvolvimento, a Cooperação Financeira, a Cooperação Política e a Agenda Social, Aspectos jurídicos e institucionais depois alguns comentários sobre os endereços adotados pelos Presidentes Andinos na recente Cúpula realizada em Quito, em 12 de julho e sua importância para a integração regional.

Em relação à Dimensão Econômica do Espaço Sul-americano de Integração, observamos que tem um ingresso por habitante de 2.696 dólares em cifras do ano 2003. Em seu interior gerou nos anos mais difíceis, como foi precisamente 2003, um comércio de perto de 31 bilhões de dólares. As exportações totais sul-americanas para o mundo superam quantia de 180 bilhões de dólares. As exportações totais sul-americanas para o mundo superam 180 bilhões de dólares. Tem importante potencial de intercâmbio de manufaturas e constitui principalmente um grande projeto de desenvolvimento descentralizado.

Desejaria deter-me um instante neste último conceito, porque não há dúvida de que pelo menos para os países andinos, suas agendas comerciais estão nos Estados Unidos, na União Européia, na Ásia. Esses são os grandes mercados que podem rapidamente absorver a atual oferta exportável de nossos países. Porém, estas negociações internacionais empreendidas, o caso andino com os Estados Unidos para o Tratado de Livre Comércio –há três países que estão negociando isto- mas os 5 iniciaremos, no mês de novembro, um processo de associação e também de livre comércio com a União Européia e, sem dúvida, mais adiante nos projetaremos para outro espaços econômicos.

Essas são as agendas comerciais para, mediante a oportunidade de mercados, gerar investimentos, desenvolver a economia, oferecer emprego a nossas populações. Do ponto e vista sul-americano isto é fundamentalmente um grande projeto de desenvolvimento descentralizado, isto é, uma oportunidade, talvez única que têm as regiões de nossos países, -que se empobreceram historicamente através de processos altamente centralistas de nossos países para gerar espaços de desenvolvimento regional articulados com as regiões dos países vizinhos- e por essa via encontrar possibilidades autênticas de desenvolvimento e de inserção internacional competitiva, porque isto não se esgota no mercado interno sul-americano, mas se projeta para as grandes bacias no caso andino, especialmente a bacia do Pacífico.

Vou passar rapidamente algumas cifras para o quadro subseguinte porque considero que é interessante deter-nos nisto. Dos 7,5 bilhões de dólares intercambiados pela Comunidade Andina com o resto dos países sul-americanos no ano 2003, 47,7% das exportações andinas do resto da América do Sul foram manufaturas e também 90,1% de suas importações do resto dos países sul-americanos. Isto está denotando um intercâmbio de qualidade, isto é, como acontece no próprio mercado andino, onde 90% do comércio intra-andino são manufaturas, das quais mais da metade tem alto valor agregado, o mesmo se pode apreciar no caso do comércio intra-sul-americano.

De maneira que isto nos está indicando que o valor deste intercâmbio está dado justamente na geração de emprego, mediante o intercâmbio de manufaturas, e se depois comparamos a América do Sul com algumas economias no mundo, em termos de população, obviamente “rankeamos” muito bem, mas tampouco o fazemos mal em termos de Produto Interno Bruto, e assim desta maneira comprovamos que o PBI dos países sul-americanos do Espaço Sul-americano de Integração, que foi em 2003, de 974 bilhões de dólares, é superior ao do Canadá, é ligeiramente inferior ao da França, é mais ou menos a metade do da Alemanha, certamente não falamos de competir com o Japão em termos de produto bruto, mas sim é maior ao de todos os países de ASEAN, isto é, da Associação de países do Sudeste Asiático, coisa que me parece muito relevante, porque sempre falamos dos tigres asiáticos, e vendo o Espaço Sul-americano de Integração, dizíamos que tem um PBI superior ao dos países de ASEAN.

Passando aos elementos que pudessem orientar este processo de construção de um Espaço Sul-americano de Integração, pensamos que em matéria de princípios que poderiam inspirar esse processo, em primeiro lugar deve ser um desenho conjunto, deve partir de avanços obtidos, isto é, não é necessário inventar nada novo o começar de zero porque temos já processos que construímos durante anos, em um plano regional como em um plano sub-regional, por conseguinte, pensamos que devemos construir sobre as fortalezas dos dois organismos sub-regionais que existem no Espaço Sul-americano como a Comunidade Andina e o MERCOSUL e depois, este processo deve guardar coerência com as políticas externas comuns, ou seja, com o processo de inserção internacional mais amplo que nossos países estão negociando e aqui não são agendas que competem entre si, são agendas que se complementam.

Depois, alguns critérios que pensamos de flexibilidade de poderiam ser aplicáveis, para que possam considerar-se dentro deste processo de criação de uma América do Sul integrada, diferentes velocidades que possam acomodar particularidades de alguns países ou de alguns setores de produção.

Também um conceito de gradualidade, de integralidade, isto é, partir de interesses comuns e construir sobre eles, isto é, ter uma visão de conjunto e multidisciplinar e depois de solidariedade, ou seja, tratamentos preferenciais, diferenciais que permitam atender as diferenças entre os países e propiciar um processo harmônico, em síntese, buscar um instrumento de coesão, assimilando experiências bem sucedidas de ambos os esquemas sub-regionais.

Quanto à metodologia, pensamos que poderia ser aplicada a seguinte: na medida em que existam normas comunitárias similares entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL fusiona-se, estende-se reciprocamente, na medida em que seja similar se harmonizará e depois, onde não existe deveriam criar-se novas normas. E um aspecto que consideramos muito importante é o máximo aproveitamento, não somente dos organismos sub-regionais, como a Comunidade Andina e o MERCOSUL, mas dos organismos regionais existentes, e aqui, sem dúvida, a ALADI deve cumprir um papel muito importante dando-lhe esse valor agregado que da região pode dar a esse processo que se está dando no plano sub-regional. Ou seja, pensamos que a ALADI tem uma nova grande oportunidade de realizar esta vocação regional latino-americana, contribuindo a realizar este processo de articulação e convergência entre os grupos sub-regionais. Não para substituí-los, mas para acrescentar um valor a este processo que se está dando, como dizia, de uma maneira muito interessante porque é construir a integração, já não a partir dos grandes desenhos unívocos, mas a partir da realidade concreta das sub-regiões, isto é, esta vez para baixo a para acima.

É o mesmo caso do SELA, um organismo de caráter regional, que foi diminuindo sua atividade, mas que constitui, em dúvida, o organismo de articulação, como o Caribe foi da América do Sul, com a América Central, com o México e o Caribe, onde também há um espaço e outros. Não é uma lista exaustiva como a relação do Tratado de Cooperação Amazônica, que de fato nos agrupa a todos os países sul-americanos em um espaço tão importante como a Amazônia, de muitos pontos de vista é a biodiversidade, o caso dos recursos hídricos, etc.

Em definitivo, trata-se de construir sobre o existente e quanto aos pilares onde se poderia assentar este processo seriam a integração comercial, partindo do que já iniciamos que são estes acordos de livre comércio que foram concentrando-se gradualmente entre os Países Andinos e o MERCOSUL. Primeiro foi a Bolívia, depois o Peru e depois os três grandes países. Falta aperfeiçoá-los e esperamos que daqui até final do ano esse processo de aperfeiçoamento seja concluído, mas será necessário avançar no tema da integração comercial, o qual supõe avançar em matéria de livre comércio de bens, de serviços, de capitais e a livre circulação de pessoas. Depois o que se refere a infra-estrutura e desenvolvimento, aspectos financeiros, cooperação política e agenda social e assuntos jurídicos e institucionais.

Em matéria de integração comercial os instrumentos estão vigentes, que são os Acordos de Complementação Econômica 36 e 58, como também o 59, que é o que compreende os três países andinos com o MERCOSUL, Os senhores já estão informados sobre este tema, por conseguinte não vou entrar em detalhes sobre o trabalho que devemos fazer no futuro. Deveriam ser aprofundadas as disciplinas para o livre comércio de bens, estes são temas que não estão contemplados nos tratados de livre comércio entre

Comunidade Andina e MERCOSUL, como é o caso do tratamento nacional, políticas de concorrência, barreiras técnicas, cooperação aduaneira, promoção de exportações, propriedade intelectual, compras públicas, e uma lista adicional que poderíamos também imaginar.

Pensamos que neste tipo de itens poderíamos realizar um trabalho muito positivo no prazo imediato para ir aprofundando a integração comercial em matéria de bens, arrasar também o que se refere a livre comércio de serviços, especialmente transportes, telecomunicações, serviços financeiros, serviços profissionais e turismo, depois trabalhar também na livre circulação de capitais, em matéria de investimentos, direito de estabelecimento, tratamento nacional, promoção e proteção, eliminação da dupla tributação como também a formação de um mercado de capitais a nível sub-regional, coisa que no plano andino já estamos avançando de uma maneira bastante importante. E no que se refere à livre circulação de pessoas, tanto no aspecto de livre trânsito como no de migrações trabalhistas e segurança social.

Há um capítulo de infra-estrutura e desenvolvimento que a nosso entender é central, porque algo que estamos fazendo na Comunidade Andina, e assim o decidiram os Presidentes na Cúpula de Quito em julho, é passar do macro ao intermédio. Até o momento consideramos a integração como um conjunto de acordos no nível macro, isto é, liberamos comércio e cremos que o comércio se produzirá imediatamente, mas surpreendentemente o comércio não cresce porque nossos países estão desconectados.

Ou seja, há um potencial de crescimento que vai muito além da realidade atual e que dependerá de que possamos realmente articular-nos. Por isso os temas da infra-estrutura são absolutamente indispensáveis do nosso ponto de vista, mas também é o tema do desenvolvimento, porque já estamos todos persuadidos de que o mercado não gera oportunidades de forma equitativa para todos e que é necessário aplicar políticas ativas de tal forma que o processo de crescimento econômico e de desenvolvimento comercial esteja orientado para melhor geração de emprego e para uma maior inclusão social, precisamente o que está caracterizando atualmente nossos países é o crescimento da economia, mas não do emprego, agudizam-se as demandas sociais e afeta-se a governabilidade democrática. Devemos resolver esta equação de tal maneira de que a economia aumente gerando emprego, fortalecendo a coesão social e por essa via também fortalecendo a governabilidade democrática de nossos países. Por conseguinte, os trabalhos de desenvolvimento são fundamentais e nesse sentido um dos principais acordos dos Presidentes Andinos e na Cúpula de julho foi colocar novamente na agenda da integração os temas do desenvolvimento, mas naturalmente com uma visão moderna, com uma visão de competitividade internacional e de inclusão social.

Pensamos que isto deveria também constar em uma agenda sul-americana e por isso atribuímos enorme importância ao programa IIRSA, à iniciativa da construção da infra-estrutura da integração regional sul-americana e outros aspectos onde nossos países têm vantagens comparativas importantes que podem transformar-se em vantagens estratégicas como é o caso, por exemplo, da energia e do meio ambiente e avançar também em uma agenda de inovação tecnológica da energia e do meio que é fundamental e onde nossos países, principalmente os andinos, ficamos muito atrasados em relação aos demais.

Igualmente trabalhar por essa via os aspectos de integração produtiva, não para substituir os agentes econômicos do mercado, mas para procurar que essa integração se produza mediante os atores econômicos reais.

Em matéria de cooperação financeira há também um campo muito importante para avançar. Temos a Corporação Andina de Fomento como um mecanismo financeiro triplo A, a nível internacional. Atualmente, como os senhores sabem a Corporação Andina de Fomento é o principal instrumento financeiro para os países andinos, financia nossos empréstimos mais que o Banco Interamericano de Desenvolvimento e que o Banco Mundial juntos. É um mecanismo financeiro por excelência, é um dos que está impulsionando obviamente o processo IIRSA, juntamente com o BID e deveríamos estudar como podemos articular isto em um nível mais amplo, de forma progressiva. Nada disto pode ser feito de um dia para outro, estudar como se pode tornar realidade o Fundo Latino-Americano de Reservas, que surgiu como um fundo andino, com muito sucesso. Depois foi feito um ajustamento a seu tratado para permitir o ingresso de outros países latino-americanos e isto é muito importante porque constitui um mecanismo adicional de apoio da balança de pagamentos, ou seja, outro mecanismo ao qual se pode recorrer em relação ao Fundo Monetário Internacional.

Depois devemos tratar o tema de FONPLATA. Como pode inserir-se nessa estrutura e uma base importante que teve a ALADI da época da ALALC, que foi o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos que se esteve utilizando. Igualmente em matéria de cooperação política e agenda social temos um campo muito relevante para avançar e os países andinos, o MERCOSUL e o Chile já criamos um mecanismo de diálogo e de concertação política que teve até agora apenas uma reunião. Cremos que este mecanismo deveria ser um dos pilares centrais do processo de construção da Comunidade Sul-Americana e avançar em temas como os indicados, democracia e direitos humanos, o problema da luta contra a droga, segurança e fomento da confiança. Temos uma Declaração Sul-Americana de Zona de Paz, que deve ter conteúdo e aspectos de cooperação consular, judicial e policial, como também uma importante agenda social a desenvolver.

No que se refere aos aspectos jurídico-institucionais pensamos que deveríamos em lugar de criar novas instituições, trabalhar com as instituições existentes, ou seja, creio que nossos países não estão em condições de desenvolver novas burocracias, realizar gastos que deveriam aplicar-se ao investimento e ao desenvolvimento e deveriam utilizar o que já temos, procurar um melhor perfil, focalizar melhor o trabalho e por essa via ganhar eficiência e obter melhores resultados.

Nesse sentido, propiciar um trabalho conjunto dos órgãos intergovernamentais existentes, tanto a Comunidade Andina como o MERCOSUL, e creio que nesse sentido a ALADI tem um papel muito importante para cumprir, como manifestava ontem o Chanceler Operti, isto é, buscando que seja o espaço no qual possam coordenar-se e convergir os órgãos dos processos de integração sub-regional sul-americanos, mas também das outras regiões e penso que a ALADI tem neste tema uma liderança muito importante para oferecer e cumprir.

Por outro lado, devemos tratar de que os foros e as redes empresariais trabalhistas e culturais de nossos países se inter-relacionem e trabalhem de forma conjunta. Isto é, vemos a ALADI como um espaço de concorrência e de coordenação, mais que como uma instituição que deveria substituir a existente ou a criação de novas instituições que como digo, considero seria, na realidade, um desperdício.

E depois será necessário também buscar a aproximação do marco jurídico inter.-sub-regional, tanto a Comunidade Andina como o MERCOSUL contam com uma personalidade jurídica, que lhe permite celebrar tratados internacionais, seria necessário criar um tratado marco Comunidade Andina - MERCOSUL e o Chile que assegure a convergência, a

capacidade de articulação regional, institucionalizar órgãos com capacidade de adotar decisões vinculantes. Este é um tema muito importante na medida em que os órgãos não estejam em condições de adotar esse tipo de decisões vinculantes, como ocorre com os órgãos da Comunidade Andina, depois o processo de incorporação ao direito interno é um processo muito tedioso, muito longo e que dificulta muito a integração. Então deveríamos tratar de procurar a forma de realmente adotar decisões e não somente boas intenções.

Será necessário criar um mecanismo jurisdicional apropriado para a solução de controvérsias, que garanta a estabilidade jurídica do processo, e os países andinos temos longa experiência através do Tribunal Andino de Justiça, que é um órgão de caráter jurisdicional, cujas sentenças são definitivas e aproveitar as possibilidades que oferece o Tratado de Montevidéu 1980 para a convergência regional.

Isto é, devemos pôr a funcionar o Tratado de Montevidéu para realizar tudo isto, complementar o que seja necessário mediante este tratado quadro que articulará o aspecto comercial com o político, com o social, e fazer maior uso desta capacidade jurídica que já possuímos e este espaço que a ALADI deveria oferecer-nos e liderar.

Por último, desejaria mencionar brevemente os acordos adotados pelos Presidentes Andinos na Cúpula de Quito em 12 de julho e que tem a ver com a integração regional.

Nessa oportunidade os Presidentes decidiram aprofundar as relações da Comunidade Andina com os demais países da América Latina em todos os âmbitos e ratificaram o que é um dos princípios fundamentais, originários do Acordo de Cartagena, que é precisamente a integração latino-americana.

Todos lembramos que o Grupo Andino surge como um grupo de países mais afins, no âmbito da ALALC que buscam integrar-se mais rápida e profundamente para participar melhor no processo de integração regional.

Estamos justamente ratificando isto por meio da decisão dos Presidentes, refletindo-se em pontos tão concretos como os seguintes: em primeiro lugar, os Presidentes ratificaram a prioridade da convergência Comunidade Andina – MERCOSUL; em segundo lugar, acordaram iniciar gestões de associação com o México e um tratado de livre comércio com a América Central, a fim de buscar nesta articulação Comunidade Andina – América Central, Comunidade Andina – México. O México está fazendo o próprio com o MERCOSUL, por conseguinte, esse é o processo de articulação que está surgindo de forma espontânea, e também acordaram a participação da Comunidade Andina nos projetos de infra-estrutura do “Plan Puebla” – Panamá. De fato a Colômbia já está participando do “Plan Puebla” – Panamá, apresentando recentemente três projetos, dois dos quais começaram a executar-se e isto significa, em definitivo, articular a infra-estrutura do “Plan Puebla” – Panamá com a infra-estrutura sul-americana do Programa IIRSA.

Pelo anteriormente manifestado apresento esta tese, porque se está produzindo um processo espontâneo, motivado politicamente, mas também com interesses muito concretos de articulação, de diversas sub-regiões, e isto oferece novamente uma oportunidade muito importante de trabalho aos organismos regionais. Devemos procurar, com muita clareza e, ao mesmo tempo, com muita serenidade onde está esse valor agregado que se está produzindo de maneira inter-sub-regional.

E naturalmente mantenho como uma interrogante final se o Caribe não será a próxima meta a alcançar. Naturalmente este é um processo que deve ir gradualmente, não podemos tratar toda a agenda de forma imediata, devemos construí-la pouco a pouco, tratando de focalizar naquilo que é fundamental e isto, como conclusão, exemplifica a proposta que apresento que é: como a Comunidade Andina contribui a criar a Comunidade Sul-Americana e como esta, ao mesmo tempo, contribui a recriar a Comunidade Latino-Americana.

Muito obrigado.

- Aplausos

PRESIDENTA. Agradecemos a nosso convidado especial suas palavras onde apresenta uma agenda comum e certamente em breve uma possibilidade e capacidade de trabalho de forma conjunta.

Convidamos o senhor para assinar o Livro de Visitas Ilustres desta Associação.

- O Secretário-Geral da Comunidade Andina assina o Livro de Visitas Ilustres.

Convido os senhores Chefes de Missão para que se aproximem para uma foto histórica.

Vamos fazer entrega ao senhor Secretário-Geral da Comunidade Andina, em nome do Comitê de Representantes e da Secretaria-Geral da ALADI, de um obséquo.

- O Embaixador Wagner recebe uma cópia da serigrafia de Carlos Amoretti, titulada: "A portada, comemorativa dos 24 anos da assinatura do Tratado de Montevideu 1980".

Encerra-se a sessão extraordinária. Muito obrigado por sua companhia.
